

MERCADO DE TRABALHO E INFORMALIDADE NO SETOR CALÇADISTA: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE TRÊS MUNICÍPIOS BRASILEIROS NOS ANOS 2000 E 2010

Labor market and informality on footwear industry: a comparative study between three brazilian municipalities in the years 2000 and 2010

FERREIRA, Luís Henrique Silva¹

CAETANO, André Junqueira²

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a evolução dos mercados de trabalho do setor calçadista de três municípios brasileiros, localizados em diferentes regiões do território nacional, a partir de uma perspectiva comparativa. Para efeitos metodológicos, criaram-se dois modelos de indústria calçadista, baseados em características de sua unidade produtiva e do seu mercado consumidor. Os dados analisados são referentes aos Censos Demográficos dos anos 2000 e 2010. Os principais resultados encontrados dão conta que, em uma indústria calçadista menos estruturada, há maior quantidade de trabalho informal, com maior proporção de migrantes e mais horas trabalhadas.

Palavras-chave: Indústria Calçadista; Mercado de Trabalho; Mercado de Trabalho no Setor Calçadista.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the evolution of the labor market in the footwear industry in three Brazilian municipalities located in different regions of the country, from a comparative perspective. For methodological effects, we created two ideal-type models of footwear industry based on characteristics of production, consumer market targeted and labor organization. The data analyzed refers to Census from 2000 e 2010. The main findings show that in a less structured footwear industry, there are more informal work, more migrants and more hours worked.

Keywords: Footwear Industry; Labor Market; Labor Market on Footwear Industry.

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela PUC MINAS. E-mail: <luishfbh@gmail.com>.

² Ph.D. em Sociologia com especialização em Demografia pela University of Texas at Austin. Professor Adjunto IV do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC MINAS. E-mail: <acaetano@pucminas.br>.

INTRODUÇÃO

O setor calçadista brasileiro é um importante ramo da indústria de transformação, ocupando, de acordo com o Censo de 2010, cerca de 470.000 trabalhadores, o que equivale a 6% do total dos ocupados na indústria de transformação. Os principais estados produtores de calçados do país são Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Paraíba e Ceará. No estado gaúcho, destacam-se as regiões do Vale do Rio dos Sinos, do Vale do Rio Paranhana, Vale do Rio Taquari e a Serra Gaúcha. No estado de Minas Gerais, o polo calçadista do município de Nova Serrana. No Ceará, destacam-se os polos da Região do Cariri, de Sobral e o da região da capital do estado, Fortaleza. No estado de São Paulo, destacam-se os municípios de Franca, Birigui e Jaú. Em Santa Catarina, o Vale do Rio Tijucas. Na Bahia, sua região sul, e na Paraíba, as regiões de João Pessoa e Campina Grande.

De fato, no Brasil, o setor calçadista tende a se aglutinar em alguns municípios polos, assumindo uma diversidade de arranjos da organização da produção e do trabalho e, por conseguinte, na composição da mão de obra e nas condições de trabalho. As condições de trabalho referem-se às características que determinam a qualidade do mesmo, desde o emprego com carteira de trabalho assinada até o nível de remuneração. Por composição da mão de obra entendem-se as características sociodemográficas, especificamente sexo, idade, escolaridade e *status* migratório, que tendem a se associar às condições do trabalho.

Em vários setores da economia, nos arranjos produtivos mais informais e precários, a mão de obra ocupada tende a ser mais jovem, feminina, e ter uma proporção maior de imigrantes. Considerando a evolução da indústria calçadista em municípios polos e a diversidade dos arranjos organizacionais da produção e do trabalho nesse segmento, este artigo analisa a composição da mão de obra ocupada e as condições de trabalho neste setor nos municípios de Sapiranga, no estado do Rio Grande do Sul, Nova Serrana, em Minas Gerais, e Camocim, no Ceará. O objetivo da escolha desses três municípios é compará-los em dois momentos distintos, 2000 e 2010, de forma a compreender como o componente trabalho se ajusta à organização produtiva, determinada pelo tipo de produto e seu público-alvo, levando em consideração a evolução da atividade calçadista em cada um desses municípios.

As condições de trabalho encontradas no setor calçadista são as mais variadas possíveis, desde o trabalho fabril, principalmente nas grandes indústrias, até o trabalho domiciliar. As formas de contratação e pagamento usadas pelo setor também são diversas, do trabalho formal assalariado com carteira assinada ao trabalho informal assalariado e ao informal autônomo na forma de contratação de terceiros com remuneração por produção em períodos determinados, prevalecendo os semanais e quinzenais.

Nos municípios nos quais o setor calçadista foi criado e consolidado há mais tempo, os produtos tendem a ser de melhor qualidade, de maior valor agregado, com parte da produção dirigida ao mercado externo, o que engendra uma demanda específica por mão de obra mais qualificada. Como consequência, tende a haver uma maior proporção de trabalhadores com níveis de educação formal e salariais

mais altos, associados a empregos formais e mais estáveis, ou seja, com maior tempo de duração. Os municípios nos quais o setor calçadista foi criado há menos tempo, dada a qualidade de sua matéria-prima, público-alvo consumidor de seus produtos e maquinário disponível, tendem a produzir calçados de pior qualidade, com baixo valor agregado, com a produção voltada principalmente para o mercado interno, para as camadas de menor poder aquisitivo e também para exportação para países em desenvolvimento, o que faz com que os produtores diminuam os custos de produção, principalmente pela organização do trabalho. Assim, nesses municípios, tende a prevalecer o trabalho assalariado sem carteira assinada ou autônomo, desprovido de direitos ao trabalhador, empregando-se uma maior proporção de mão de obra com menores níveis de educação formal, se comparados ao segmento mais consolidado, com níveis de remuneração mais baixos, nas condições impostas pelos produtores – ocupações mais instáveis, com menor tempo de duração e maior participação de mulheres, jovens e migrantes.

A escolha de Sapiranga se deu pelo fato de o município ter a gênese de sua indústria calçadista há mais tempo, já estar mais consolidada e com grau de maturação maior, sendo sua estrutura mais fabril. Já a escolha de Nova Serrana se deu tanto pelo seu destaque nacional na produção de calçados quanto por adotar um modelo menos fabril. A escolha de Camocim se deveu ao fato de este município pertencer aos novos territórios da produção de calçados no Brasil, surgidos a partir de 1990. O propósito dessa seleção é avaliar se o município cearense possui características de sua mão de obra e produção mais parecidas com o perfil de Sapiranga ou de Nova Serrana.

Para estabelecer o contexto em que se insere a indústria calçadista nacional no período analisado, realiza-se, a seguir, o retrospecto do mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 1980, 1990 e 2000, bem como, na seção seguinte, o da indústria calçadista. A metodologia é apresentada na terceira seção e está dividida em duas subseções. A primeira trata da seleção dos municípios analisados e a segunda apresenta os dados e o método. Os resultados são apresentados em seguida. Por fim, na última seção, os resultados são discutidos à luz dos objetivos propostos.

O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: RETROSPECTO DAS DÉCADAS DE 1980, 1990 E 2000

Para contextualizar a indústria calçadista e sua força de trabalho, é necessário, antes de qualquer coisa, fazer um breve retrospecto da evolução do mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas, levando-se em conta o desempenho da economia nacional nesse período. De acordo com Dedecca (2005), nos anos 1980 ocorreu uma crise sem precedentes na história do país, principalmente em seu setor industrial. Essa crise deflagrou-se principalmente pela interrupção do fluxo de crédito externo que viabilizou o crescimento brasileiro dos anos 1970. A crise dos anos 1980 provocou uma queda aproximada de 25% da produção industrial, acompanhada por uma redução em nível similar do emprego industrial. Conforme Theodoro (2005), a década de 1980 ficou conhecida como a década perdida, pois as taxas de crescimento se reduziram drasticamente, 1,5% ao ano em média, muito abaixo da média anual

de 6% observadas desde a segunda metade da década de 1950 até o final dos anos 1970. A retração econômica, aliada à rápida urbanização em marcha desde os anos 1960, levou a um aumento substancial da informalidade e do desemprego.

Segundo Dedecca (2005), os anos 1990 foram caracterizados por uma quase estagnação econômica, desemprego e aumento da desigualdade social. De acordo com Costa (2005), principalmente a partir de 1990, no governo Fernando Collor, incentivou-se a entrada em larga escala de produtos internacionais no mercado brasileiro, levando ao fechamento de uma proporção não trivial de indústrias nacionais. Nesse período, ainda conforme Dedecca (2005), a produção e o emprego industrial caíram aproximadamente 25%, com a duplicação do desemprego em um ano, configurando um quadro inequívoco de recessão econômica, principalmente entre o início de 1991 até o segundo semestre de 1993. Esse quadro piorou durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (BORGES, 2010; COSTA, 2005).

Apoiado no projeto neoliberal, cujo eixo central foi o programa de privatizações, as medidas adotadas pelo ex-presidente Cardoso retraíram ainda mais o mercado interno, levando ao desemprego em massa e de longa duração, à retração do emprego formal, à queda da renda do trabalho, ao aumento dos requisitos para a qualificação para os postos de trabalho, à flexibilização e precarização dos vínculos trabalhistas e ao aumento da informalidade (BORGES, 2010; COSTA, 2005; DEDECCA, 2005).

A reforma neoliberal, iniciada no governo Collor e que prosseguiu durante os governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, significou alterações importantes em relação à dinâmica da economia nacional e, por conseguinte, no mercado de trabalho nacional. De acordo com Antunes (2003), em 1980 e fins dos anos 1990, a economia brasileira perdeu aproximadamente 1,5 milhões de empregos no segmento manufatureiro. Segundo Pochmann (2013), ao longo da década de 1990, o segmento organizado da economia brasileira reduziu em 2,5 milhões o número de empregos formais, em todos os setores da economia. O autor afirma que, em 1995, o número de desempregados atingia 4,5 milhões de pessoas e, em 1999, 7,6 milhões de trabalhadores, fazendo com que a taxa nacional de desemprego oficial passasse de 6,1% para 9,6%.

Os anos 2000 apresentaram uma tendência distinta àquelas dos anos 1980 e 1990. De acordo com Borges (2010), principalmente a partir de 2004, a economia nacional voltou a crescer, bem como o emprego e a ocupação, com recuperação da renda do trabalho, incentivada pela política de aumentos reais do salário mínimo. Deu-se início, então, a um ciclo de expansão do consumo e da produção, com reflexos positivos sobre a capacidade de geração de novos postos de trabalho. Conforme Borges (2010), entre os anos de 2003 e 2008, a economia brasileira experimentou um período de contínuo crescimento, com aumento contínuo da formalização das relações de trabalho e uma forte tendência de queda das taxas de desemprego. Ainda segundo a autora, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional cresceu por 21 trimestres seguidos, do 3º trimestre de 2003 ao 3º trimestre de 2008. Em relação ao total de ocupações, houve um aumento da ordem de 8 milhões de postos de trabalho formais entre

2003 e 2007, o que significa em média a criação de 2 milhões de postos de trabalho formais por ano. Entre 2002 e 2009, a taxa de desemprego reduziu de 10,6% para 9,3%, levando alguns a considerar o país em situação de pleno emprego.

A crise mundial deflagrada no último trimestre de 2008 repercutiu negativamente sobre a economia brasileira. De acordo com Pochmann (2009), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional acumulou queda de 4,4% entre o último trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009. O principal responsável por essa queda foi o segmento industrial, com redução de 11,6% nesse período. Em contrapeso ao decréscimo industrial, o setor de serviços cresceu, correspondendo a quase 60% da ocupação nacional e 64% da produção nacional, ao passo que a indústria ocupava 22% da força de trabalho e 31% da produção nacional.

Em relação à indústria calçadista, Lima, Borsoi e Araújo (2011) apontam que, para superar o quadro de crise, as tradicionais indústrias dos polos do Rio Grande do Sul, principalmente do Vale do Rio dos Sinos e de Franca, em São Paulo, transferem parte de sua produção para a Região Nordeste, especialmente os estados do Ceará, da Bahia e da Paraíba, visando à redução de custos produtivos, incentivados pela redução ou isenção de carga tributária, concessão de áreas para construção de unidades produtivas, salários menores comparados a suas regiões de origem e baixa filiação sindical.

A INDÚSTRIA CALÇADISTA BRASILEIRA

Segundo Lima, Borsoi e Araújo (2011), a partir do fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, a modernização das indústrias de calçados tem-se caracterizado pela adoção de novas tecnologias e novos procedimentos na organização da produção advindos do processo de reestruturação produtiva. Isso se deve, principalmente, ao fato de esta modernização ser caracterizada pelo trabalho intensivo, em que pese à adoção de inovações com relação aos produtos, aos materiais, à maquinaria, à informatização nas fábricas e ao aumento da produtividade das unidades de trabalho. Percebe-se, no âmbito produtivo, uma rotinização da produção por meio da qual as indústrias adotam uma mescla de elementos organizacionais distintos, como a permanência de uma linha de montagem tradicional fordista-taylorista ao lado de equipes voltadas a produtos específicos, adotando estratégias como o *kanban*.

De acordo com o relatório *Brazilian Footwear: Indústria de Calçados do Brasil 2011*, produzido pela Associação Brasileira de Indústrias de Calçados, no ano de 2010, o Brasil produziu 893,9 milhões de pares de sapatos, com uma arrecadação da ordem de 12.340,4 milhões de dólares (QUADRO 1). Cerca de 348,7 mil empregados formais compunham a força de trabalho das 8,2 mil empresas formalizadas. As exportações chegaram à casa dos 143 milhões de pares, arrecadando cerca de 1.487,00 milhões de dólares. Já as importações somaram 28,7 milhões de pares, com um gasto de 304,6 milhões de dólares. O consumo *per capita* de pares de calçados no Brasil foi de 4,1 (QUADRO 1).

QUADRO 1
Produção de calçados – Brasil, 2010

Indústria calçadista brasileira	Regiões			
	Sul	Sudeste	Nordeste	Brasil
Produção (milhões de pares)	302	188,5	399,2	893,9
Produção (%)	34	21	45	100
Empregos formais (absoluto)	129,7	89,7	125,6	348,7
Empregos formais (%)	37	26	36	100
Empresas formalizadas (absoluto)	3.400	4.000	627	8.200
Empresas formalizadas (relativo)	41	48	8	100
Exportações (milhões de pares)	31,6	8,7	102,1	143,0
Arrecadação em exportações (milhões de US\$)	732,7	152,2	595,0	1.487,00
% para exportação	22	6	71	16
% para consumo interno	88	94	21	84

Fonte: Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, 2011.

Analisando os dados para as principais regiões produtoras de calçado do país, o Sudeste foi responsável pela produção de 188,5 milhões de pares, ou seja, 21% do total produzido no Brasil no ano de 2010. Desse total, foram exportados 8,7 milhões de pares, 6% do total nacional, com rendimentos da ordem de 152,2 milhões de dólares, 10% do total arrecadado em exportações. São 89,7 mil empregos formais, 26% do total nacional e 4 mil empresas, 48% do total nacional. São responsáveis por esses números os estados de São Paulo e Minas Gerais (QUADRO 1).

A região Sul, a mais tradicional no segmento de calçados no Brasil, foi responsável no ano de 2010 pela produção de 302 milhões de pares, ou seja, 34% do total produzido no Brasil. Foram exportados 31,6 milhões de pares, 22% do total exportado pelo país. Essas exportações chegaram à ordem de 732,7 milhões de dólares, 49% do total de exportações. São 129,7 mil empregos formais, 37% do total nacional, e 3,4 mil empresas, 41% do total nacional. Esses dados correspondem ao total produzido no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, sendo o Rio Grande do Sul o maior produtor da região (QUADRO 1).

A região Nordeste, atualmente, é a maior produtora de calçados do país, respondeu em 2010 por 399,2 milhões de pares produzidos. Isso corresponde a 45% do total produzido no país. O Nordeste é também o maior exportador, sendo que atingiu a marca de 102,1 milhões de pares idos para o exterior, 71% do total nacional. Essas exportações chegaram à ordem de 595 milhões de dólares, 40% do total brasileiro, ficando atrás da região Sul, que arrecadou, em 2010, 732,7 milhões de dólares, 49% do total nacional. Em 2010 eram 125,6 mil empregos formais, 36% do total nacional, e 627 empresas, 8% do total nacional, demonstrando um grande número de empregos para poucas empresas (QUADRO 1).

Em relação à produção por tipo de material usado nos calçados, os dados disponibilizados pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (2011) mostram que, em 2010, o Brasil produziu cerca de 487,4 milhões de pares de calçados feitos de plástico ou borracha, 54,5% do total de calçados produzidos. Os calçados feitos de couro somam 252,7 milhões de pares, 28,2% do total. Os calçados esportivos atingiram a casa de 88,2 milhões de pares, 9,8% do total, e os calçados de outros materiais somam 65,6 milhões de pares, 7,3% do total.

Os calçados produzidos a partir do plástico e da borracha são principalmente sandálias e chinelos. Essa produção é voltada tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo, principalmente marcas famosas como Havaianas. Essa produção encontra-se principalmente nos estados nordestinos. Os calçados produzidos a partir do couro, matéria-prima mais cara e que precisa de maior elaboração, atende à demanda de calçados masculinos, mas, principalmente, de calçados femininos, especialmente botas e sapatos. Essa produção é voltada para a parcela do mercado interno com maior poder aquisitivo e também ao mercado externo. Já os calçados esportivos, produzidos a partir de materiais sintéticos, matéria-prima de menor custo que simulam o couro, são produzidos tanto para o mercado interno de baixo poder aquisitivo quanto para a exportação feita para países em desenvolvimento.

METODOLOGIA

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Para análise selecionaram-se três municípios polos da indústria calçadista localizados em três estados distintos onde o setor calçadista tem presença importante no âmbito nacional. Essa seleção baseou-se na historicidade desse segmento industrial em cada um desses municípios, do surgimento à consolidação, na especialização da produção de mercadorias distintas para públicos-alvo diferenciados e, por conseguinte, na diferenciação e em especificidades na organização produtiva. Os três municípios selecionados são apresentados a seguir.

Sapiranga – Rio Grande do Sul

Esse município está localizado na região metropolitana de Porto Alegre, distante 62 km da capital do estado, através da BR-116. O município de Sapiranga, no ano de 2010, possuía uma população residente de 74.985 habitantes. Conforme a Relação

Anual de Informações Sociais (RAIS) dos anos de 2000 e 2010, o município possuía, em 2000, 268 indústrias de calçados, enquanto o estado do Rio Grande do Sul possuía 2.504, ou seja, em Sapiranga localizavam-se 11% das indústrias de calçados do estado. Em 2010, o número de indústrias de calçados em Sapiranga subiu para 423, um crescimento de 57,8% em 10 anos. Em relação ao total do estado, com 3.827 indústrias em 2010, as indústrias localizadas em Sapiranga representavam 11%, proporção pouco superior à de 2000. Sapiranga destaca-se ainda por sediar a Calçados Paquetá, uma das maiores e mais tradicionais indústrias de calçados do Brasil, que contém unidades produtivas no Rio Grande do Sul, na Bahia, no Ceará e também na Argentina e na República Dominicana. Além disso, o município possui mão de obra altamente especializada, dado que existem escolas de treinamento voltadas para o setor instaladas no município. Os calçados produzidos em Sapiranga são, em sua maioria, feitos à base de couro, matéria-prima de alto custo, tanto para homens, quanto para mulheres. São sapatos sociais e botas voltados para um público-alvo de alto poder aquisitivo, em relação à demanda interna e também para exportação, haja vista a boa qualidade dos produtos. Dessa forma, a organização do trabalho demanda determinada qualificação, uma vez que os produtos são altamente especializados.

Nova Serrana – Minas Gerais

O município de Nova Serrana está localizado na região Centro-Oeste do estado de Minas Gerais, distante 112 km da capital do estado e a 42 km de Divinópolis, principal cidade da região. A fabricação de calçados em Nova Serrana, de acordo com Suzigan e colegas (2005), iniciou-se a partir da produção de artigos de couro e botinas rústicas para atender à demanda das atividades agrícolas e de pecuária que ali existiam. É interessante observar que tanto o polo sulista, quanto o polo paulista, também se desenvolveram da mesma forma, a partir do surgimento de atividades ligadas à pecuária e, posteriormente, ao trabalho do couro. De acordo com Suzigan e colegas (2005), o município é conhecido como a “capital nacional do calçado esportivo”. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2000, Nova Serrana possuía 570 indústrias de calçados, enquanto o estado de Minas Gerais possuía 1.237, ou seja, o município era responsável por 46% das indústrias de calçados do estado. Em 2010, o número de unidades produtivas no município aumentou para 879, apresentando um crescimento de 54,2% em 10 anos. Em 2010, Minas Gerais possuía 1.757 indústrias de calçados, ou seja, Nova Serrana possuía 50% do total, o que demonstra sua importância tanto em 2000 quanto em 2010. De acordo com a Federação das Indústrias de Minas Gerais (2009), o setor calçadista do município concentra sua produção principalmente na fabricação de tênis e seus componentes, para os públicos masculino, feminino e infantil. Produzem-se também chuteiras, chinelos, rasteiras e calçados ortopédicos, principalmente a partir de material sintético. Esses produtos são de baixo custo, voltados principalmente para o mercado interno de baixo poder aquisitivo e, quando para exportação, para países em desenvolvimento, principalmente na América Latina. Nesse contexto, a produção não demanda alto grau de especialização do trabalho, como tende a ser o caso de Sapiranga.

Camocim – Ceará

O município de Camocim está localizado no Noroeste do estado do Ceará, distante aproximadamente 370 km da capital Fortaleza. Conforme a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o município possuía, no ano 2000, uma unidade produtiva, de um total de 175 no estado do Ceará, isto é, em Camocim estava 0,6% das indústrias de calçados do estado. Em 2010, o número de indústrias aumentou para cinco no município e no estado para 351 indústrias, isto é, em Camocim estavam 1,4% do total do estado. Camocim especializou-se na produção de calçados em couro natural ou sintético, tanto para os públicos masculino, feminino e infantil. A principal indústria de calçados da cidade, a Democrata Calçados, é oriunda do polo calçadista de Franca (SP). Nessa indústria, com uma unidade produtiva em Camocim, produzem-se calçados masculinos, tendo como público principal o mercado interno brasileiro. Porém, parte da produção é destinada para exportação, principalmente para países da Europa, América Latina, Ásia e Estados Unidos. No caso de Camocim, percebe-se um processo de migração de unidades produtivas sediadas em Franca, no estado de São Paulo, para o Ceará, em busca de competitividade, baseada principalmente nas isenções fiscais e outros benefícios oferecidos pelo Executivo Estadual e pelas Prefeituras, no intuito de gerar empregos. Dessa forma, espera-se que o perfil de Camocim esteja mais próximo do perfil de Sapiranga, tanto pelo tipo de produto fabricado quanto pelo seu público-alvo. Ressalta-se ainda que, no estado do Ceará, a maior quantidade de indústrias calçadistas encontra-se localizada nas cidades maiores, como a capital Fortaleza, com 98 indústrias, e Juazeiro do Norte, com 156.

DADOS E MÉTODO

Para a análise comparativa foram elaborados dois tipos hipotéticos de organização da produção e do trabalho na indústria calçadista, ou seja, dois perfis puros, com o objetivo de identificar o quão próximo cada um dos três casos dessas construções abstratas, nomeadas neste trabalho de modelos de organização da produção e do trabalho na indústria calçadista. De acordo com Weber (2002), a criação de tipos é uma aproximação heurística a partir de constructos abstratos, mentais, da realidade, elaborados para servirem de parâmetro na análise de casos concretos. Esses modelos são uma simplificação do real com base em traços considerados essenciais, neste caso a organização da produção e do trabalho, para o exame e a avaliação da realidade, de acordo com critérios analíticos pertinentes e relevantes norteados pelos objetivos do trabalho.

O primeiro modelo de organização da produção e do trabalho está vinculado a uma indústria calçadista mais consolidada e estruturada em unidades fabris cuja mão de obra ocupada tende a ser predominantemente formal, ou seja, com carteira de trabalho assinada e, por conseguinte, detentora de direitos trabalhistas. Esse modelo contempla ainda uma indústria calçadista produzindo calçados e seus componentes com materiais de melhor qualidade, voltada para um público-alvo de maior poder aquisitivo, tanto interno quanto internacional.

O segundo modelo de organização da produção e do trabalho seria constituído por um segmento menos estruturado, com produção em bases menos industriais, não concentrada em unidades fabris, com maior predominância do trabalho informal, isto é, por assalariados sem carteira de trabalho e por mão de obra terceirizada. Nesse modelo, o produto e seus componentes tendem a ser de qualidade inferior ao do primeiro tipo, de menor custo, com a produção voltada para um mercado menos exigente em relação à qualidade das mercadorias, cujo público-alvo principal são os estratos socioeconômicos de menor renda do mercado interno e também os países de economia periférica.

Em relação ao primeiro modelo, espera-se encontrar um mercado de trabalho mais formal, com predominância de trabalhadores masculinos, não migrantes, com níveis relativos de remuneração maiores e com jornadas de trabalho menores. No segundo modelo, espera-se encontrar um mercado de trabalho mais informal, com maior participação feminina, maior peso de migrantes, com níveis relativos de remuneração menores e com jornadas de trabalho superiores, em relação ao primeiro modelo.

As bases de dados utilizadas foram as dos Censos Demográficos 2000 e 2010 e as amostras acopladas a eles. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os Censos Demográficos reproduzem informações imprescindíveis para determinar o planejamento de políticas públicas e também dos serviços a serem utilizados pela população. Os censos e as pesquisas amostrais realizadas conjuntamente a eles constituem a única fonte de dados no âmbito nacional com representatividade para o nível municipal.

Para identificar os trabalhadores ocupados no setor calçadista dos municípios selecionados foram utilizadas as variáveis “atividade”, que permite identificar a atividade principal em que o indivíduo tinha o seu trabalho, ou seja, o principal ramo de negócio em que ele trabalhava. Mais especificamente, foram selecionados os indivíduos classificados na categoria “Fabricação de calçados e partes de calçados, de qualquer material”, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliares (CNAE Domiciliar). Essa classe contempla grande diversidade de atividades relacionadas à produção de calçados e seus componentes desde a fabricação de calçados de borracha, couro, plástico e partes de calçados, tais como saltos e solados, até serviços de corte, costura e pesponto. A identificação por meio da atividade principal foi complementada com a utilização da variável “ocupação”, isto é, a ocupação do indivíduo no trabalho que tinha, sendo ele o único trabalho ou o principal, caso ela tenha mais de um. O trabalho principal é definido como aquele com o maior número de horas trabalhadas. Foram identificadas, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (CBO Domiciliar), duas ocupações referentes ao setor calçadista: “sapateiros e afins” e “operadores de máquinas para fabricação de calçados e afins”.

A análise comparativa foi realizada por meio de tabulações cruzadas utilizando-se variáveis indicadoras da composição e das características da força de trabalho empregada, bem como das condições de trabalho no setor calçadista dos municípios selecionados de forma a situá-los entre os dois modelos.

QUADRO 2

Variáveis, categorias e finalidades analíticas da pesquisa

Variável	Categorias	Finalidade analítica
Sexo	1. Masculino 2. Feminino	Composição por sexo, divisão sexual do trabalho, controlando-se por informalidade.
Posição na ocupação	1. Assalariado com a carteira de trabalho 2. Assalariado sem a carteira de trabalho 3. Conta própria 4. Empregador 5. Não remunerado	Classificação em ocupação formal (assalariado com carteira de trabalho) e informal (assalariado com carteira de trabalho, conta própria, não remunerado).
Rendimento no trabalho principal (em salários mínimos)	1. Até 1 salário mínimo (SM) 2. Mais de 1 a 2 SM 3. Mais de 2 SM	Padrão salarial do segmento nos municípios selecionados.
Jornada – trabalho principal (horas trabalhadas por semana)	1. Menos de 44 horas 2. 44 horas 3. Mais de 44 horas	Comparar diferenciais de jornada de trabalho entre formais e informais.
<i>Status</i> Migratório	1. Até 9 anos de residência 2. 10 anos ou mais de residência e naturais	Dimensionar o peso do fator imigração no mercado de trabalho dos municípios selecionados.

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010. Elaborado pelos autores.

Dessa forma, os dados dos Censos dos anos 2000 e 2010 foram utilizados para analisar a força de trabalho do setor calçadista de cada município, situando-os em relação aos modelos de organização da produção e do trabalho na indústria calçadista. Os resultados da análise são apresentados a seguir.

RESULTADOS

De acordo com as amostras dos Censos de 2000 e 2010, em relação ao grau de informalidade, foi observado que, entre os anos observados, os municípios de Nova Serrana e Camocim apresentaram diminuição no percentual de trabalhadores informais, ao passo que em Sapiranga esse percentual aumentou.

Mesmo apresentando um crescimento considerável de trabalhadores com carteira de trabalho assinada e aumento de 34% no período, Nova Serrana, dentre os três municípios, tinha o maior grau de informalidade em 2010 (TAB.1). Em Sapiranga, por sua vez, observou-se crescimento no percentual de trabalhadores sem a carteira de trabalho assinada, 20,9% no período.

TABELA 1

Distribuição percentual da população ocupada no setor calçadista por posição na ocupação – Camocim, Nova Serrana e Sapiranga, 2000 e 2010

2000	Camocim	Nova Serrana	Sapiranga
Com registro em carteira	88,6	49,7	82,9
Sem registro/Conta própria/Não remunerado	11,4	44,3	15,7
Empregador	0,0	6,0	1,4
Total	100	100	100
n	202	11.153	17.541
2010	Camocim	Nova Serrana	Sapiranga
Com registro em carteira	89,9	66,7	79,4
Sem registro/Conta própria/Não remunerado	10,1	30,0	19,1
Empregador	0,0	3,3	1,6
Total	100	100	100
n	671	28.321	14.303

Fonte: IBGE, 2000 e 2010. Elaborado pelos autores a partir dos microdados das Amostras dos Censos de 2000 e 2010.

No que concerne à composição por sexo dos trabalhadores do setor calçadista, observa-se que, no ano 2000, nos três municípios, havia predominância de trabalhadores do sexo masculino. Em Nova Serrana, os homens representavam 52,3% do total de ocupados no setor, enquanto que as mulheres representavam 47,7%. Em 2010 os trabalhadores constituíam 55,3% do total dos ocupados no setor e as mulheres, 44,7%. Em Sapiranga, no ano 2000, as mulheres representavam 41,2% do total de ocupados no setor e os homens, 58,8%. Em 2010, há uma inversão no município gaúcho, e as mulheres passam a ser maioria na composição da mão de obra do setor. Enquanto que os homens eram 48,4%, as mulheres representavam 51,6% do total da força de trabalho do setor.

Com relação à informalidade por sexo, observa-se que, em Nova Serrana e Sapiranga, tanto no ano 2000 quanto em 2010, as mulheres eram maioria na informalidade. No ano 2000, 50,8% das mulheres empregadas no setor calçadista do município mineiro não possuíam registro em carteira, enquanto que para os homens esse percentual era de 43,2%. Em 2010, comparativamente a 2000, a informalidade caiu para ambos os sexos. Nesse ano, 36% das mulheres e 31,1% dos homens encontravam-se na informalidade. No município gaúcho, em 2000, 18,5% das mulheres do segmento calçadista encontravam-se na informalidade. Entre os homens esse percentual era de 14%. Em 2010, para ambos os sexos aumentou a informalidade, passando para 21,4% entre as mulheres e 19,8% entre os homens.

No tocante à jornada de trabalho, comparando-se os trabalhadores formais e os informais em 2000, os últimos trabalhavam mais horas, em média, que os formais, nos três municípios analisados. Em Nova Serrana, 50,8% dos informais trabalhavam mais de 44 horas por semana, enquanto que para os formais esse percentual era de 47%. Em 2010 verifica-se uma mudança em Nova Serrana, em relação a 2000, pois os trabalhadores formais tinham jornada de trabalho superior aos informais, sendo que 67,9% daqueles com registro em carteira trabalhavam mais de 44 horas semanais, ao passo que entre os informais esse percentual era de 47,3%. Em Sapiranga, no ano 2000, 15,2% dos informais trabalhavam mais de 44 horas por semana, ao passo que em 2010 esse percentual era de 15,9%. Ressalte-se que, no município gaúcho, houve aumento considerável no percentual de trabalhadores formais trabalhando mais de 44 horas por semana. Em 2000, 4,1% dos trabalhadores com registro em carteira tinham jornada de trabalho superior a 44 horas semanais. Já em 2010 eram 13,5%, um aumento de 229,3%.

Em relação à remuneração utilizou-se a informação padronizada em salários mínimos. No ano 2000, o salário mínimo era de R\$ 151,00 e, em 2010, R\$ 510,00. No ano 2000, em Nova Serrana e Sapiranga, tanto os trabalhadores formais quanto os informais eram maioria na faixa de até um salário mínimo. No município mineiro, 59,6% dos informais e 49% dos formais estavam nesse estrato salarial. Em Sapiranga, esses percentuais eram de 70,5% e 69,8%. Em Camocim, os informais eram 73,9% entre os que recebiam até um salário mínimo. Entre os formais, 93,1% recebiam até um salário mínimo, e entre os informais, 100%. Em Nova Serrana, tanto os trabalhadores formais quanto os informais eram maioria na faixa de um a dois salários mínimos. Entre os formais, 72,3% e entre os informais, 60,2%. Em Sapiranga, os formais eram maioria entre aqueles no estrato entre um e dois salários mínimos, 73,7%, enquanto que, entre os informais, o maior percentual encontrava-se na faixa de até um salário mínimo, 48,4%.

No que diz respeito à participação de imigrantes na composição da população ocupada no setor calçadista nos municípios analisados, em Nova Serrana, no ano 2000, 47,1% dos trabalhadores informais residiam no município há menos de dez anos, ou seja, quase a metade dos informais era de imigrantes recentes. Entre os trabalhadores formais a proporção de residentes no município há menos de dez anos era praticamente a mesma, 46,6%. Em 2010, percebe-se uma inversão. Entre os informais, 34,7% residiam no município há menos de dez anos e, entre os formais, 55,1%. Em Sapiranga, no ano 2000, 62,7% dos trabalhadores formais

residiam no município há menos de dez anos. Entre os trabalhadores informais a proporção de residentes no município há menos de dez anos era de 19,3%. Em 2010, entre os trabalhadores formais a proporção de residentes no município há menos de dez anos era de 66,2% e entre os informais, 33,8%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção dos dois modelos de organização da produção e do trabalho na indústria calçadista permitiu situar os três municípios analisados no que diz respeito às características predominantes da população ocupada no setor. Nesse aspecto, tais características refletem a estruturação do trabalho adequado às demandas produtivas do setor calçadista em cada um dos municípios.

Em Nova Serrana, MG, verificou-se um crescimento da indústria de calçados, com aumento da população ocupada no setor e, também, o crescimento no número de indústrias. Segundo Neri (2008), essa tendência pode ser explicada pelo aumento do poder de compra das classes de baixa renda, para a qual os produtos fabricados no município mineiro são destinados. São, em sua grande maioria, tênis esportivos de material sintético para ambos os sexos, sandálias “rasteirinhas” também de material sintético, voltadas para o público feminino, e as falsificações de calçados de marcas mundialmente famosas. Identificou-se também, o aumento, entre 2000 e 2010, na formalização dos trabalhadores do setor calçadista, no bojo da crescente formalização no Brasil após 2004 (BORGES, 2010). Em relação à composição sexual da força de trabalho do segmento, tanto no ano 2000 quanto em 2010, a maioria dos trabalhadores era do sexo masculino. No que se refere à remuneração, no ano 2000, tanto os trabalhadores formais quanto os informais recebiam até um salário mínimo e, no ano de 2010, tanto formais quanto informais passaram a receber entre um e dois salários mínimos. Em relação aos migrantes com até nove anos de residência no município, entre 2000 e 2010, percebeu-se uma redução da sua participação entre os trabalhadores informais e aumento entre os formais. Essa tendência pode ser explicada pelo aumento da formalização das relações de trabalho no Brasil após 2004 (BORGES, 2010).

Em Sapiranga, RS, houve redução da mão de obra ocupada no setor e aumento do número de indústrias entre 2000 e 2010. A redução dos postos de trabalho se deveu provavelmente à migração das empresas daquela região para a região Nordeste visando à diminuição de custos de produção. Em relação à informalidade, entre 2000 e 2010, percebeu-se aumento do percentual de trabalhadores sem o registro em carteira, apesar de Sapiranga apresentar alta taxa de formalidade em comparação a Nova Serrana. Em relação à composição sexual da força de trabalho do setor, em 2000 a maior parte era composta por homens e em 2010, por mulheres. As mulheres eram maioria entre os informais em ambos os anos. No que se refere à jornada de trabalho, percebeu-se um aumento substancial dos trabalhadores formais trabalhando mais de 44 horas por semana. No tocante à remuneração, os formais passaram a ganhar mais; para os trabalhadores informais

o padrão salarial permaneceu o mesmo. Sobre a migração, entre 2000 e 2010, houve aumento dos trabalhadores formais e informais entre aqueles com nove anos ou menos de residência no município. Ainda em relação à migração, percebeu-se que o peso dessa variável é baixo para Sapiranga quando comparada a Nova Serrana. O município gaúcho apresenta taxas migratórias inferiores ao município mineiro, demonstrando sua baixa atratividade para trabalhadores migrantes.

Camocim representa um caso particular, pois, apesar do aumento da mão de obra e do número de indústrias entre 2000 e 2010, o setor calçadista empregava um número relativamente pequeno de trabalhadores. Esse aumento provavelmente se deveu ao fato de que a Democrata Calçados, grande indústria oriunda de Franca (SP), migrou parte de sua produção para Camocim atraída pela incipiente organização sindical, pelos incentivos tributários e fiscais oferecidos pelo estado e município (LIMA; BORSOI; ARAÚJO, 2011). De qualquer maneira, Camocim é o município, dentre os três analisados, com maior taxa de trabalhadores formais, tanto em 2000 quanto em 2010, com maior participação masculina em ambos os anos analisados, apesar de ter ocorrido um aumento da participação feminina. Em 2000, os trabalhadores formais ganhavam mais que os informais, o que não se verificou em 2010, quando havia equiparação salarial entre as duas categorias. Em relação à jornada de trabalho, os informais trabalhavam, em média, mais em ambos os anos; e em relação à migração, perceberam-se percentuais muito baixos de imigrantes com até nove anos de residência no município.

Em síntese, Sapiranga e Camocim se distinguem de Nova Serrana por apresentarem proporção de trabalhadores informais substancialmente menor. Além disso, Sapiranga e Camocim têm uma participação de imigrantes com menos de nove anos de residência no município bem inferior a Nova Serrana nos dois anos em consideração. Em que pese as diferenças entre os três casos analisados, as diferenças nos níveis salariais e na jornada de trabalho são pequenas. Portanto, as características da população ocupada no setor calçadista de Nova Serrana se coadunam com a hipótese expressa no segundo modelo, ainda que predomine o trabalho masculino. Sapiranga, por sua vez, estaria a meia distância de ambos os modelos, pois, apesar de ser um polo antigo na produção de calçados, apresentava, em 2010, maior participação feminina em relação ao ano 2000, mas uma taxa mais elevada de formalização do trabalho. Por fim, Camocim aproxima-se mais do primeiro modelo, uma vez que a população ocupada no setor calçadista apresentava altas taxas de formalidade, predominância de trabalhadores masculinos e baixa participação de migrantes.

Diante dos resultados encontrados e levando-se em conta a complexa organização e diversidade da indústria calçadista nos diferentes estados e municípios, outras perspectivas analíticas emergem para avançar o entendimento das questões propostas neste artigo. Com relação ao trabalho, o nível educacional da mão de obra ocupada e os diferenciais por sexo no que se refere ao grau de formalização e aos rendimentos são importantes para a compreensão ampliada de sua adequação às orientações da produção. Ademais, a migração de indústrias calçadistas da região Sudeste para a região Nordeste, suas consequências no âmbito do trabalho e as diferenças entre regiões merecem análise específica e aprofundada.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Os caminhos da *lifofilização organizacional*: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. **Ideias**, Campinas, v.9, n.10, p.13-24, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS – ABICALÇADOS. **Brazilian Footwear**: Indústria de calçados do Brasil 2011. 2011. Disponível em: <<http://www.abicalcados.com.br>>. Acesso em: 5 jan. 2013.
- BORGES, Ângela Maria Carvalho. As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão. **Caderno CRH**, Salvador, v.23, n.60, p.619-632, dez. 2010.
- COSTA, Márcia da Silva. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.20, n.59, p.111-170, out. 2005.
- _____. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v.23, n.58, p.171-190, jan.-abr. 2010.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, v.25, n.1, p.94-111, jan.-mar. 2005.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MINAS GERAIS; INSTITUTO EUVALDO LODI; SINDICATO INTERMUNICIPAL DA INDÚSTRIA DO CALÇADO DE NOVA SERRANA. **Diagnóstico da Indústria Calçadista de Nova Serrana** – 2009. Belo Horizonte: FIEMG/IEL-MG/SINDINOVA, 2009. 52 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**: A Pesquisa em Andamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/anexos/anexo_5_3_pesquisa_andamento_port.pdf>. Acesso em: 21 maio 2014.
- LIMA, Jacob Carlos; BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; ARAÚJO, Iara Maria. Os novos territórios da produção e do trabalho: a indústria de calçados no Ceará. **Caderno CRH**, Salvador, v.24, n.62, p.367-384, maio-ago. 2011.
- NAVARRO, Vera Lúcia. **Trabalho e trabalhadores do calçado**: A indústria calçadista de Franca (SP): das origens artesanais à reestruturação produtiva. São Paulo: Expresso Popular, 2006. 304 p.
- NERI, Marcelo Cortes. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.
- POCHMANN, Márcio. O desemprego no governo Cardoso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 ago. 2000. Disponível em: <www.race.nuca.ie.ufrj.br/journal/p/pochmann5.doc>. Acesso em: 7 maio 2013.
- _____. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.23, n.66, 2009.
- _____. **Produtividade e emprego no Brasil dos anos 90**. Instituto de Economia, Unicamp. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo77.htm>>. Acesso em: 7 maio 2013.
- RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília, 2000. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 20 maio 2013.
- RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 20 maio 2013.
- SUZIGAN, Wilson *et al.* **A Indústria de Calçados de Nova Serrana (MG)**. Nova Economia, Belo Horizonte, v.15, n.3, p.97-116, 2005.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2005. p.91-126.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 2002.

Data da submissão: 02/04/2015

Data da aprovação: 16/09/2015